

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
COMISSÃO ESTADUAL DE  
VALIDAÇÃO E ACOMPANHAMENTO  
DO SISA, REALIZADA EM 05 DE  
AGOSTO DE 2015.**

Em cinco de agosto do ano de 2015, das quatorze horas e trinta minutos às dezessete horas e trinta minutos, na sala de reuniões do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais, localizado na Avenida Nações Unidas, nº 233, Bosque, Rio Branco/AC, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (Ceva) do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre (SISA). A Coordenadora da Ceva, Sra. Joci Aguiar conduziu a reunião, que tratou da seguinte pauta:

1. Informes
2. Funcionamento da CEVA
3. Planejamento para o 2º semestre
4. Visita da representante de REDD+ SES

**1. Informes**

**Joci Aguiar** (GTA) deu início à reunião comentando que a Ceva havia ficado sem se reunir por um longo período, devido a uma série de fatores alheios à vontade dos membros. Citou o apoio por parte de servidores do IMC em algumas reuniões, inclusive durante a visita do KfW. Porém, como havia encaminhamentos a fazer, ela vinha cobrando do IMC que retomasse uma estrutura para a secretaria executiva da Ceva, mesmo reconhecendo que o Estado do Acre estaria passando por dificuldades e, portanto, trabalhava com equipes incompletas. Disse que os membros da Ceva tentaram ajudar, mas ressaltou o grande acúmulo de trabalho que tinham dentro de suas instituições.

Falou das atividades realizadas pela Ceva, apesar de tudo. Registrou o sucesso da oficina ocorrida em junho: “Gênero, florestas e mudanças climáticas”, fruto de uma parceria com o IMC, a WWF, a Universidade da Flórida e a SEP Mulheres. Essa oficina gerou encaminhamentos relevantes, entre eles a criação do Grupo de Trabalho (GT) de gênero, para dar suporte aos trabalhos da Comissão. Considerou que estavam superando uma lacuna pela qual haviam sido cobrados tanto pelas auditorias, como pelas missões de avaliação do KfW. Em continuidade a esse passo, informou sobre a disponibilidade de um recurso da Norad, de aproximadamente 30 mil reais, por intermédio da Rede Acreana de Mulheres e Homens (RAMH) para realização de quatro seminários acerca de gênero, meio ambiente e mudanças climáticas, nas diferentes regiões do Acre. Desses seminários, pretendia-se ter a indicação de representantes das regionais para compor o GT. Lembrou que com os recursos da Norad do ano anterior, foram feitas várias oficinas com todas as entidades dos segmentos representados na Ceva, para consulta pública do relatório de salvaguardas. O restante do recurso seria utilizado então para realizar os seminários de gênero, incluindo a contratação de consultoria para mobilização, facilitação e relatoria.

Mencionou a recomposição da Secretaria Executiva, com a colaboração da Assessora Técnica, Larissa Barbosa, além do apoio da Coordenadora do Departamento de Normatização e Registro do IMC, Marta Nogueira e do Consultor Pavel Jezek, para dar suporte técnico aos trabalhos da Comissão.

Destacou que ao final de 2015 estariam completando dois anos de mandato dos representantes na Ceva, e pelo regimento deveria haver novas eleições para o próximo biênio. **Marta Azevedo** observou que na ocasião das eleições seriam lançadas as candidaturas novamente, para as quais **Joci Aguiar** solicitou que as instituições já fossem se preparando e refletindo sobre o interesse em participar.

**Joci Aguiar** comentou sobre a ausência da Presidente do IMC, Magaly Medeiros, que estaria cumprindo agenda fora do Estado, mas que estaria ciente das discussões postas. Abriu a discussão sobre o planejamento para o segundo semestre e solicitou que os presentes se manifestassem, caso tivessem informes.

**Moacir Haverroth** (Embrapa) informou sobre a mudança da representação da Embrapa na Ceva, com a volta da Fernanda Fonseca como titular e ele como suplente. **Mercedes Lozano** (CUT) se manifestou informando que era representante suplente da CUT e que estariam prevendo mudanças na representação.

### 3. Planejamento para o 2º semestre

**Joci Aguiar** mencionou a necessidade de agendar os seminários regionais de gênero. **Ricardo Mello** (WWF) falou em planejar a participação da Ceva na COP 21. **Joci** comentou sobre a 3ª reunião ordinária, pré-agendada para o dia 15 de dezembro, que teria como pauta a avaliação das atividades do ano; com avaliação da implementação do Programa REM, dos editais lançados e do acompanhamento da Ceva. Quanto aos seminários, respondeu que seriam realizados em Tarauacá/Envira, Juruá, Purus/Baixo Acre e Alto Acre.

Foi solicitado que a data da próxima reunião extraordinária, com Aurélie Lhumeau (Representante da Iniciativa Internacional) fosse modificada para o dia 10 de agosto, à tarde. A resposta seria enviada aos membros por e-mail até a 6ª feira (07 de agosto). **Joci Aguiar** solicitou também o envio do calendário de atividades da Ceva para o segundo semestre de 2015.

### 4. Visita da representante de REDD+ SES

Em seguida, passou a palavra ao Pável Jezek (WWF/IMC), que fez uma breve discussão a respeito dos documentos que seriam pauta da reunião com Aurélie Lhumeau e que haviam sido distribuídos aos membros: (1) Relatório da Revisão Internacional (Segunda versão); (2) Colheita de resultados (do Consultor independente Ricardo Wilson); (3) Uso das salvaguardas socioambientais no SISA do Acre (realizado com o apoio do WWF, em 2015).

**Pável Jezek** (IMC) explicou que o documento (1) não era um relatório completo, tratava-se de um resumo executivo de um processo que foi chamado de Revisão Internacional. Complementou que era uma revisão de todo o processo de institucionalização de salvaguardas socioambientais no SISA. Essa segunda versão era um esforço que a Iniciativa Internacional havia feito para fortalecer o Acre e a condição de o Acre se manifestar sobre o conteúdo desse relatório, que continha algumas observações positivas e outras negativas, com sugestões de como melhorar.

Falou sobre o documento (2), que se referia à parte das conclusões de um relatório de uma consultoria chamada “Colheita de Resultados”, a respeito do “antes e depois” de usar salvaguardas socioambientais no SISA. Relatou que, nesse sentido vários atores e lideranças do Acre foram entrevistados pelo consultor Ricardo Wilson, do Rio de Janeiro, alguém que não estava envolvido no processo, para obter uma visão de como os atores acreanos estavam avaliando o “antes e depois”.

Mostrou também planilhas que resumiam os dois processos. Esclareceu que a Revisão Internacional era feita pelo Comitê Internacional dos Padrões Socioambientais, que reunia cinco ONGs interessadas em apoiar o processo de uso de salvaguardas socioambientais em projetos de REDD, em vários países do mundo. Eles se interessaram em apoiar o Acre e também se interessavam em receber um *feedback* de como estava sendo vista a avaliação deles, se era muito rígida, ou muito complicada.

Falou da oportunidade que teve em acompanhar o Ricardo Mello em uma reunião do Comitê Internacional, onde puderam ser expostos os fatores limitantes (a disponibilidade de tempo dos representantes, por exemplo) para avaliação de um relatório muito extenso. Relatou que, diante disso os membros do Comitê prepararam uma segunda versão do relatório, mais facilitada, na forma de resumo executivo, para ser avaliada pelos membros da Ceva no próximo encontro com Aurélie Lhumeau.

Contextualizou a linha do tempo do desenvolvimento das salvaguardas socioambientais, a partir da recomendação das Nações Unidas de usar salvaguardas sociais e ambientais em projetos de REDD, e comentou a Lei de criação do SISA, em 2010. Passou a explicar o processo de revisão do comitê internacional no Acre, com apresentação de uma planilha de avaliação contida no relatório, que chegou a conclusão geral de aplicação parcial das etapas de REDD+ SES, visto que as etapas de realização de consulta pública e comunicação do relatório foram feitas após a visita do Comitê em abril, por isso não haviam sido consideradas.

Continuou sua explanação, a respeito da colheita de resultados. Disse que o consultor perguntou aos entrevistados do Acre o que havia mudado através do uso das salvaguardas. Sugeriu então selecionar o que realmente teria relação causal direta, ou relação parcial, ou que teria outra causa, independente das salvaguardas.

**Joci Aguiar** questionou o fato de o consultor ter considerado a *Care* como secretaria executiva da Ceva. Esclareceu que a *Care* deu apoio técnico, como equipe facilitadora, mas que o papel de secretaria executiva sempre foi assumido pelo IMC. Lembrou-se da discussão que considerou conflito de interesses em manter o IMC com assento na Ceva, visto que era instituição conselheira e ao mesmo tempo secretaria executiva. Ressaltou que a Ceva tinha também a função de monitorar o IMC.

Considerou que o fato de o consultor não ter contato com a realidade local tinha seu aspecto positivo, porque assim ele se tornava capaz de fazer uma avaliação independente, com visão fria, sem ser tendencioso e sem envolvimento. Por outro lado, outras coisas teriam sido perceptíveis ao consultor, se ele tivesse verificado as respostas localmente.

Após apreciação do anexo da Colheita de Resultados, por meio da abordagem fundamentada nas relações causais com o uso de salvaguardas socioambientais no SISA, **Pável Jezek** apresentou seu plano de trabalho como consultor do WWF, para fortalecimento do uso de salvaguardas de agosto de 2015 até março de 2016. Entre os produtos a serem desenvolvidos, informou: a elaboração do plano de ação de salvaguardas para suprir as lacunas apontadas no Relatório de Autoavaliação; organização de

documentos para subsidiar o sistema de informação sobre salvaguardas; um documento síntese sobre a experiência no Acre, no formato de caderno informativo; procedimentos de comunicação efetiva principalmente para os membros da Ceva, visando otimização de tempo em atendimento ao acúmulo de demandas; elaboração de um relatório de compatibilidade das salvaguardas do Acre em relação às políticas nacionais e com as iniciativas internacionais.

**Ricardo** falou da motivação que levou à parceria do WWF com o IMC para realização dessa consultoria. Comentou sobre o que aconteceu em Lima, na COP20 dizendo que boa parte das críticas recebidas se rebatia nos membros da Ceva. Disse que havia uma urgência de se prepararem para responder a essas críticas na COP21; responder que tem um sistema de salvaguardas fortalecido. Disse que a Ceva dava o diferencial do SISA no Acre e que o Estado havia tomado o processo de restituir a credibilidade. Apontou a lacuna na questão de gênero, o que teria que ser enfrentado pela Comissão. Concluiu dizendo ser preciso fortalecer a Ceva antes da COP21.

**Pável Jezek** defendeu que era preciso investir no monitoramento, principalmente sobre as outras instituições do SISA envolvidas na implementação das atividades e que aplicavam os recursos. Disse haver cerca de setenta convênios, que deveriam encaminhar relatórios. Os relatórios deveriam ter um formato padrão, por exemplo, quanto à questão de gênero.

**Joci Aguiar** fez autocrítica considerando que os membros da Ceva precisavam exigir as informações, mas apontou também falhas por parte do governo. Falou da responsabilidade de terem a confiança das pessoas que representavam, pois ao serem questionados em Lima, não podiam se manifestar porque não havia transparência das ações da Ceva.

**Fernanda Fonseca** (Embrapa) falou que desde a última reunião que havia participado, a comunicação era o tema forte. Disse que os pontos fracos deveriam ser discutidos. Perguntou como poderiam atuar nisso, enquanto Ceva; de quem era essa competência e o que iriam fazer com os resultados dos relatórios apresentados.

**Pável Jezek** comentou que o forte do SISA era o conceito de transformar provedores em beneficiários. E argumentou que era preciso monitorar em campo se a ajuda chegava lá. Citou o modelo de monitoramento comunitário do Sinal Verde, para contrapor as críticas *NO REDD*.

**Moacir Haverroth** relatou uma preocupação com os projetos aprovados (a partir do edital indígena de 2014) que tinham execução prevista, pois a associação que ele acompanhava em nova Olinda reclamou a não liberação do recurso e estava questionando o motivo para isso ter acontecido.

Foi sugerido convocar atores envolvidos com a gestão de recursos dos convênios do Programa REM para reuniões de monitoramento; e houve reclamação por não terem recebido os últimos relatórios trimestrais da Sedens. **Joci Aguiar** sugeriu deixar pré-agendada uma reunião extraordinária sobre esse tema do monitoramento, na qual seria discutido quais instituições a Ceva chamaria para entrevistar.

**Ricardo Mello** falou que para cada proposta haveria despesa associada, como por exemplo, para trazer beneficiários de outros municípios. Lembrou que anteriormente havia recurso específico para esse tipo de ação, ligada a Ceva. Portanto, antes de propor eles deveriam saber qual era a capacidade financeira; e seria necessário verificar se a Ceva teria recurso alocado para propor atividades e desenvolver um plano

operacional. Comentou sobre a possibilidade de fazer uma subcomissão para visitar o Juruá e ver como estavam os projetos.

**Pável Jezek** informou haver uma meta dentro do Convênio entre IMC e Sedens com previsão de recursos para a Ceva, no âmbito da governança do SISA. Porém, relatou que o repasse da última parcela do Programa REM ainda não havia sido feito, o que prejudicaria a capacidade dos gestores locais informarem corretamente sobre o que estaria disponível para cada ação.

Sugeri que a Ceva propusesse uma pauta ao IMC sobre participação no monitoramento, capacitação e participação em alguns processos, considerando que essa Comissão era vista por representantes do KfW como uma peça importantíssima no SISA. Ressaltou a importância de que o mundo tenha visto a existência de um órgão dentro da estrutura das políticas do governo do Estado, que apresenta uma composição mista, uma natureza voluntária e uma garra incrível. Disse que por outro lado, não eram vistas todas as dificuldades que isso implicava.

**Stoney Pinto** (IMC) comentou que um sistema de monitoramento exige grande volume de recursos. Relatou que a experiência de monitoramento comunitário, por meio do Projeto Sinal Verde na Resex Chico Mendes, obteve bons resultados, apesar de ter sido desenvolvido com um montante de recursos equivalente a um quarto dos recursos aplicados na Guiana. Disse que o sistema de monitoramento seria necessário para saber os resultados na ponta, que é de onde vem a informação que embasa tudo o que se pode dar de resposta para quem está financiando.

**Ricardo Mello** perguntou como foi prevista a comprovação de resultados no Programa REM/KfW. **Pável Jezek** informou da meta de implementação da gestão do projeto, que tem mais relação com o monitoramento do avanço do projeto.

**Stoney Pinto** considerou que o SISA trabalhava com dados secundários da gestão pública. Disse acreditar que seria essa a proposta: monitorar a partir de dados do Imac, da Sema etc. e formar um banco de dados para subsidiar informações sobre salvaguardas.

**Pável Jezek** comentou sobre a realidade do programa pioneiro, que envolve lacunas na gestão coordenada.

**Ricardo Mello** perguntou se o único indicador contratado era o desmatamento. **Pável Jezek** respondeu que era o principal indicador, mas que havia outros como o relativo aos benefícios. Deu o exemplo do número de famílias beneficiadas através de cadeias de produção familiar sustentável, do extrativismo, comunidades indígenas, pecuária sustentável. Comentou ainda sobre a força-tarefa para redução do desmatamento que, no entanto, não poderia dar uma resposta imediata. Disse que ela iria gerar um reconhecimento das áreas críticas, e uma interação com as comunidades envolvidas nessas áreas. Porém, iriam se passar alguns anos até se perceber uma redução do desmatamento ali, porque o território do Acre era complexo e grande, as comunidades eram diversas, os fatores que causavam desmatamento eram também muito complexos.

**Ricardo Mello** deu depoimento sobre o Projeto Sky, compreendendo a área de Manoel Urbano até Feijó. O trabalho tinha como resultado esperado a redução do desmatamento, que tinha tendência a aumentar devido à abertura da estrada. Houve a necessidade de refinar os indicadores para verificar a hipótese de



que floresta valorizada reduz desmatamento. Precisaram olhar as taxas onde estavam trabalhando com açai, por exemplo.

**Fernanda Fonseca** comentou sobre a legalização da atividade de marceneiros, enquanto que os planos de manejo não estavam acompanhando o aumento dessa atividade. Disse que havia vários fatores que contribuíam com o aumento do desmatamento, além da abertura de estradas.

**Cristina Lacerda** informou sobre a transição da agenda de florestas que se encontrava na Sedens, para a Sema, com a transferência de mais de setenta convênios.

**Camila Oliveira** lembrou que a equipe que cuidava dessa pasta na Sedens estava se transferindo para a Sema, então não haveria prejuízo da informação.

Foi indicada a data de 27 de agosto para realizar a reunião extraordinária a respeito do monitoramento. Foi sugerido convidar o Marky Brito para participar.

## 2. Funcionamento da CEVA

**Camila Oliveira** abordou o ponto de pauta sobre o funcionamento da Ceva, principalmente em relação à Secretaria Executiva, a qual propôs que se tornasse independente do IMC, o que daria maior legitimidade à Ceva. Lembrou que estavam retomando assuntos tratados no início do ano, sem grandes avanços.

Foi esclarecido que diante da dificuldade em manter uma pessoa exclusivamente para os assuntos da Ceva, havia uma indicação no IMC de contratar uma consultoria para prestar os serviços de secretaria, com o intuito de melhorar o atendimento às demandas dos membros.

**Ricardo Mello** perguntou como seriam encaminhados os pedidos feitos nas reuniões da Ceva. **Marta Azevedo** respondeu que cabia à Secretaria Executiva, juntamente com a coordenação da Ceva se articular e encaminhar os pedidos a quem deveria dar a informação; assim como a Secretaria Executiva deveria passar demandas à Presidência do IMC; reafirmou que a Ceva deveria funcionar de forma independente e buscar respostas junto à Sema e outros órgãos.

**Larissa Barbosa** comentou sobre o distanciamento instalado entre a Ceva e o GTI, considerando que esse grupo correspondia a uma instância consultiva da Ceva para tratar de assuntos indígenas e suas demandas em relação ao SISA. **Ricardo Mello** observou que o GTI se tratava de uma instância de gestão separada. **Marta Azevedo** comentou que anteriormente havia uma aproximação maior, depois o GTI foi se desenvolvendo de forma paralela e a secretaria executiva repassava as memórias de reunião de uma instância para a outra. **Larissa Barbosa** sugeriu que essa aproximação fosse retomada, em função de assuntos comuns, como seria o caso do enfrentamento às críticas *NO REDD*. E acrescentou que com a formação do Grupo de Trabalho de Gênero, seria interessante que ocorresse uma atuação mais coordenada entre a Ceva e seus grupos de trabalho.

## 3. Planejamento para o 2º semestre

Houve questionamentos sobre os subprogramas. Foi sugerido que fosse chamada a CDSA para apresentar a situação atual dos subprogramas, na mesma reunião com o Marky Brito. **Camila Oliveira** informou que até o final do ano anterior os subprogramas que tinham sua elaboração mais avançada eram o do extrativismo e o do componente indígena.

A pauta da reunião do dia 27 seria a informação de onde estava o recurso, com a identificação dos beneficiários. **Camila Oliveira** reclamou que a informação de x% na pecuária era superficial demais para os membros da Ceva. **Fernanda Fonseca** sugeriu buscar informação de quem teve prestação de conta, quem não teve; quem entregou relatórios, quem não entregou e por que; **Camila Oliveira** questionou quem finalizou, quem estava em andamento, quem iria começar, quem não havia começado a execução dos projetos. Quanto à pauta da CDSA, considerada mais simples, foi solicitado dizer: o que cada subprograma continha, o que havia sido feito, o que estava avançando, próximos passos. Ressaltou que a partir dali poderiam fazer um melhor planejamento.

Foi sugerido fazer a convocatória para horários diferentes, para discutir os assuntos em separado.

**Camila Oliveira** solicitou uma reunião de um dia inteiro para incluir a pauta de discussão do funcionamento da Ceva e a terceirização da Secretaria Executiva. **Ricardo Mello** defendeu que a realização de uma viagem de campo para monitorar daria mais legitimidade aos membros da Ceva em dar respostas.

**Pável Jezek** retomou a discussão a respeito da comunicação com os representantes de comunidades indígenas, considerando importante que a Ceva os chamasse, pois eles teriam o papel de assessoramento. Todos concordaram em encaminhar isso após a reunião do dia 27, com a retomada do planejamento.

A respeito da COP21, **Larissa Barbosa** informou sobre a publicação do decreto que criou uma comissão de preparação da participação de representantes do Acre no evento. Sob a coordenação da Casa Civil, essa comissão foi composta pelos seguintes órgãos: IMC, Sema, CDSA, PGE, Secom e Imac. Houve uma reunião, onde foram dadas sugestões para realização de um evento paralelo. Iniciou-se um levantamento de custos de passagens e a preparação da lista de autoridades do governo. Houve a previsão de participação do governador para os dias 7, 8 e 9 de dezembro, enquanto os representantes do IMC e CDSA estariam participando a partir do dia 02. O evento ocorreria de 30 de novembro a 11 de dezembro. Uma proposta começou a ser desenhada para o Dia do Acre, com um formato diferente dos anteriores, que contivesse diálogos mais rápidos em vez de mesas-redondas. Foi prevista a participação do IPAM, em função do lançamento da plataforma da calculadora de carbono. Houve a sugestão de montar uma exposição interativa, com uma abordagem inovadora para mostrar as ações do Acre para o desenvolvimento sustentável.

Sem mais assuntos a tratar, foi encerrada a reunião.

#### Encaminhamentos:

- Com o anúncio das eleições de representantes da sociedade civil na Ceva, para o biênio 2016-2017, foi recomendado que as instituições começassem a se preparar e refletissem sobre o interesse em participar.
- Do planejamento para o segundo semestre de 2015, foram identificadas as seguintes atividades: reunião extraordinária para tratar da Revisão Internacional em 10 de agosto; discussão sobre a repartição de benefícios e sobre os subprogramas em reunião extraordinária prevista para o 27 de agosto; realização dos seminários regionais de gênero; participação da Ceva na COP21;

avaliação da implementação do Programa REM em 2015, durante a 3ª reunião ordinária prevista para 15 de dezembro.

- A confirmação da realização da reunião extraordinária de 10 de agosto seria feita até o dia 07 de agosto.
- Foi solicitado o envio aos membros, dos relatórios trimestrais de avanço do Programa REM.
- Foi solicitado verificar a disponibilidade de recursos para que a Ceva desenvolva atividades de monitoramento.
- A pauta da reunião de 27 de agosto deveria incluir a discussão sobre o monitoramento, além de retomar o tema do funcionamento da Ceva e a terceirização da Secretaria Executiva, a fim de torná-la independente do IMC.

#### **Anexos:**

- Apresentação sobre a Revisão Internacional
- Documentos da Revisão Internacional
- Relatórios do Programa REM
- Calendário da Ceva de 2015
- Lista de Presença

#### **Participantes:**

Joci Aguiar (GTA)

Ricardo Mello (WWF)

Camila Oliveira (Asimmanejo)

Mercedes Lozano (CUT)

Fernanda Fonseca (Embrapa)

Moacir Haverroth (Embrapa)

Cristina Lacerda (Sema)

Stoney Pinto (IMC)

Pável Jezek (IMC)

Larissa Barbosa (IMC)